

A importância do Ministério da Economia

JOSÉ DA COSTA BOUCINHAS

O presente trabalho, proferido em setembro último no Sindicato dos Economistas, no Estado de S. Paulo, analisa com felicidade as causas da crise econômica brasileira, através da enumeração sistematizada dos fatores do nosso atual processo inflacionário. Seu autor, como Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas, e Presidente do Sindicato dos Contabilistas, de S. Paulo, teve oportunidade de lidar cotidianamente com todos os problemas que assolam a conjuntura econômica do país — desde a expansão ilimitada do crédito até às vacilações da nossa contabilidade pública.

Seu apêlo, pois, à criação do Ministério da Economia, que deverá inaugurar no país uma era de planificação econômica, adotando "medidas eficientes", que permitam restabelecer o equilíbrio econômico por um desenvolvimento racional de nossas fontes de produção — não vem esteado apenas por um florilégio teórico: vem carregado da certeza que as nossas dificuldades econômicas estão firmando no ânimo não só dos administradores públicos como privados. (N. R.)

REABRINDO o ciclo de conferências e palestras que caracterizavam às Semanas do Economista, que se realizavam periodicamente por iniciativa das respectivas entidades de classe, em todo o Brasil, suspensas em sinal de protesto pela demora em dar ao ensino das ciências econômicas a dignidade que merece e de que é cercado em todos os países adiantados e que ora se reiniciam para comemorar a assinatura do Decreto-lei federal n.º 7.899, de 22 de setembro de 1945, que veio, finalmente, de encontro aos desejos dos que pugnavam pela inclusão desse setor do ensino na estrutura universitária, coube-nos a honrosa incumbência de abrir os seus trabalhos, para o que

escolhemos um tema que consideramos de grande importância, qual seja o Ministério da Economia.

Se outras razões não militassem a favor da criação desse novo órgão na alta administração do país, bastaria um ligeiro retrospecto crítico da atuação do nosso governo nos últimos anos para demonstrar que sem o mesmo não poderemos contornar as dificuldades que nos assoberbam, estando arriscados, pelo contrário, a vê-las cada vez mais agravadas.

Sem dúvida, muito devemos pela situação aflitiva em que nos encontramos à imprevidência dos responsáveis pela nossa tranquilidade, que se demonstraram de uma ignorância lamentável em matéria econômica, agravada ainda mais pela falta de capacidade receptiva das necessidades e dos anseios das classes produtoras e do povo.

A CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Não é demais, nesta oportunidade, tentar um ligeiro esboço da evolução da nossa conjuntura econômica, particularmente no período da guerra recém-finda, a fim de podermos apreciar convenientemente a situação atual e traçar normas para o futuro.

Sem qualquer possibilidade de contestação, estamos sofrendo os efeitos de um regime inflacionário cujos limites podem ser encontrados, de um lado no aumento vertiginoso do meio circulante e do potencial monetário e, do outro, na falta de produtos oferecidos ao consumo, quer de origem nacional, quer de importação. Qualquer dessas causas seria suficiente para provocar a ruptura do equilíbrio econômico e o seu aparecimento concomitante dá idéia da gravidade da situação com que nos defrontamos.

E' necessário dizer que a atual situação inflacionária do Brasil não constitui fenômeno isolado. Muito pelo contrário, podemos afirmar que é geral,

atingindo todos os países. Através de estudos realizados pela União Pan-Americana, verifica-se que todos os países da América foram afetados em maior ou menor escala pelo fenômeno, o mesmo sucedendo com os da Europa, onde a situação é ainda mais aflitiva.

No caso dos Estados Unidos, a redução verificada no volume das mercadorias de consumo e o aumento da capacidade aquisitiva do povo foram causados diretamente pela participação do país na guerra. Nas demais repúblicas americanas a origem da inflação pode ser encontrada em fatores externos criados pela guerra.

Entre as causas da inflação, incluem-se as seguintes:

a) O excesso das exportações sobre as importações. A fim de poder financiar as exportações foram feitas grandes emissões de papel moeda que passaram a atuar no mercado justamente no momento em que a quantidade de mercadorias à disposição do consumidor interno diminuía.

b) Reduções verificadas nas importações dada a impossibilidade dos grandes países industriais em atenderem as encomendas, por estarem com sua produção inteiramente voltada para as necessidades da guerra.

c) Os "deficits" orçamentários verificados em alguns países devido principalmente à queda da arrecadação do imposto de importação, agravados em outros, como no Brasil, pelo aumento constante de despesas improdutivas.

d) A expansão do crédito, que é uma das conseqüências da inflação monetária, acelerando a circulação do dinheiro pelas facilidades concedidas pelos Bancos.

A apreciação do caso particular do Brasil demonstra que tivemos para agravar a nossa situação a ocorrência simultânea de todas essas causas, cada vez mais profundas em suas repercussões pela incapacidade demonstrada em combatê-las.

Tratando da primeira causa indicada, isto é, o excesso de exportação, assim se expressa o econo-

mista patricio Prof. Eugenio Gudín, (*) pondo à mostra os erros em que incidimos:

"O principal característico da atual conjuntura da Economia Brasileira é o de uma considerável inflação originada, em princípio, pela Guerra Mundial. O grande excesso das exportações sobre as importações faz com que o Governo (ou o Banco do Brasil) veja-se obrigado a criar novos meios de pagamento para comprar aos exportadores as suas letras (exportação, isto é, para suprir aos exportadores, em troca da moeda estrangeira que oferecem, moeda nacional de que precisam para continuar a produzir."

"Esse mal não nos é peculiar. Várias outras nações encontram-se na mesma necessidade de criar novos meios de pagamento para atender ao excesso de exportação."

"Tanto em nações como a Inglaterra e os Estados Unidos, que estão sob regime de guerra total — que, por mais que elevem o montante dos impostos arrecadados e dos empréstimos internos emitidos, não conseguem cobrir totalmente as despesas de guerra — como em nações como o Brasil e a Argentina, que padecem, paradoxalmente, do excesso de saldos de seus balanços de pagamentos, têm sido os governos obrigados a aumentar a quantidade de meios de pagamento, uns pela necessidade de sustentar a guerra, outros pela de sustentar a exportação. Para só citar o exemplo da Inglaterra, a quantidade de sua moeda fiduciária em circulação elevou-se de cerca de £ 360 milhões em 1938, a mais de £ 1.000 milhões no momento atual."

"Verifica-se, entretanto, que na Inglaterra, como nos Estados Unidos, como na Argentina, mau grado o aumento dos meios de pagamento, a alta dos preços não excedeu da razoável percentagem de 25%, enquanto que entre nós esse aumento já vai pela casa dos 100%, com tendência indefinida para a alta."

"A diferença consiste simplesmente no seguinte: E' que enquanto esses países adotam uma política monetária de absorção e de esterilização dos meios de pagamento, no Brasil

(*) EUGENIO GUDIN — Ensaios sobre problemas econômicos da atualidade — Editora Civilização Brasileira.

não só deixaram de ser tomadas no devido tempo às medidas necessárias a essa absorção e esterilização, como se toleram as práticas mais inflacionistas de utilização dos meios de pagamento.”

Prosseguindo, diz o Prof. Gudin :

“Por ser muito semelhante ao nosso o caso da Argentina, vale aqui transcrever alguns trechos do relatório do Banco Central da República Argentina, relativo ao exercício de 1943. Depois de se referir ao inevitável aumento de meios de pagamento, diz o relatório :

“A abundância de disponibilidade, que se reflete no movimento de Bolsa, permitiu ao Tesouro Nacional colocar vultosas somas de valores diretamente ao público e cobrir as necessidades fiscais sem acudir ao crédito bancário.”

“Em contraste, nós, que no início da guerra já vínhamos padecendo de um movimento inflacionista acentuado por força de sucessivos deficits fiscais, deixamos que a inflação se agravasse em consequência das emissões necessárias à compra das letras de exportação. A constante alta de preços denunciadora do ininterrupto decréscimo do poder de compra da moeda, destruiu a confiança na moeda, indispensável à corrente de procura e aquisição títulos do governo expressos em moeda. Diante da alta de preços todos se afastavam de títulos de rendimento fixo e de cotação estável, para aplicar suas disponibilidades (sempre crescentes com a inflação) nos negócios industriais e comerciais que deixavam formidáveis margens de lucro, na especulação de terras, de apartamentos ou de mercadorias ou em bens tangíveis de qualquer espécie, até em pedras preciosas, jóias, móveis e objetos de arte.”

“Numa conjuntura em que tudo se devia fazer para encaminhar o excesso de disponibilidades para a compra de títulos ou bonus do governo, a fim de permitir a absorção ou esterilização do excesso de meios de pagamento, nada se fazia para conter a alta de preços, que desviava aquelas disponibilidades para fins especulativos ou altamente provei-

tos, sem qualquer interêsse pelas obrigações e apólices do Tesouro.”

“Para que fôsse possível a aquisição de títulos do Tesouro, por parte do público, a fim de prover meios para as despesas de guerra, foi preciso recorrer à medida compulsória de obrigar o contribuinte do imposto de renda a comprar bonus do Tesouro por quantia equivalente ao imposto.”

Da incapacidade em evitar os efeitos do aumento do meio circulante originou-se como causa imediata também o aumento da moeda “escritural” em poder dos Bancos, representada pela diferença entre o total dos depósitos a vista, menos o encaixe, derivando daí a expansão do crédito que age como agravante da inflação de papel moeda. Assim é que de um potencial monetário equivalente a 12 bilhões 825 milhões de cruzeiros, em 1939, passamos a 40 bilhões e 97 milhões em 1944, ou seja um aumento de 300%.

A par desses erros na política financeira, e muitas vezes como consequências dos mesmos, incidimos em outros tantos erros de política econômica, que se orientou num sentido totalmente contrário ao que a experiência e as boas normas da ciência econômica sugeriam.

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

Todos sabem que dispomos de meios para acompanhar a evolução da conjuntura econômica, podendo mesmo prever o desenvolvimento dos ciclos econômicos, através de fases de prosperidade e de depressão.

“Entende-se por depressão”, no dizer de Haberler, (*) “uma situação na qual o rendimento real consumido ou o volume de consumo por habitante; o rendimento real produzido ou o volume de produção por indivíduo, e o número de empregados, diminui ou é inferior ao normal, no sentido de que haja recursos que permanecem sem utilização, — um remanescente ocioso dos fatores da produção, particularmente mão de obra necessitada de ocupação. A prosperidade, pelo contrário, é uma situação na qual alcançam um

(*) GOTTFRIED HABERLER — Prosperidad y Depresion — Fondo de Cultura Económica — México.

número elevado, ou aumentam, o rendimento real que se consome, o produzido e o número de operários empregados e na qual não existem recursos sem utilização, nem operários desocupados, ou apenas muito poucos.”

Levando-se em conto esses fatores, não é difícil caracterizar a conjuntura econômica, podendo-se, outrossim, seguir determinadas normas que visem não só a corrigir falhas presentes como a evitar males futuros.

A sucessão dos períodos de prosperidade e de depressão, em forma ondulatória e contínua, corresponde aos ciclos econômicos, cuja duração e extensão territorial variam de caso para caso.

Conhecendo-se as causas que agem no sentido do aparecimento de período de prosperidade ou de depressão é justo que os governos procurem ficar habilitados a reduzir ao mínimo os efeitos dessas variações nos organismos sociais e, nesse sentido, conforme sejam as perspectivas, assim deve ser a orientação adotada.

O aumento da circulação monetária e a expansão do crédito são as duas causas principais que intervêm na sucessão dos ciclos econômicos e desde que esse é um fato amplamente conhecido, nada mais justo que se procure manejar a política financeira orientando-a no sentido de obter-se o equilíbrio econômico. A inflação pelos seus efeitos enganosos age como verdadeiro tóxico no organismo econômico, tanto assim que as fases de ascensão que dão início aos períodos de prosperidade, começam com o aumento do meio circulante ou da expansão do crédito.

Com o grande afluxo de dinheiro desenvolvem-se todas as atividades e novos empreendedores animam-se a entrar no mercado a fim de aproveitar a facilidade para novos investimentos. Como não é possível prolongar-se esse processo indefinidamente, isto é, como ele deveria parar no momento em que todos os fatores da produção estivessem ocupados, ocorre que a partir de certo momento desaparece o equilíbrio entre a oferta e a procura dos meios de produção e sobrevem a alta dos preços, inicialmente pela alta da mão de obra, que, depois, se reflete na matéria prima, etc. Elevando-se os preços dos fatores da produção forçosamente deve elevar-se o preço de custo dos produtos e, nessas condições, torna-se necessário elevar o salário dos operários, cujo poder de compra é

cada vez menor, se bem que, nominalmente, tenha aumentado. Forma-se aí o círculo vicioso: aumento de salários — aumento de preços, até atingir-se o ápice da curva da prosperidade, depois do que tem início a depressão, caracterizada principalmente pelo desemprego.

Pois bem, em face das características conhecidas dos ciclos econômicos, cumpre ao governo orientar sua política no sentido de não agravar as dificuldades dos períodos de depressão, nem influir no sentido de acelerar a evolução da fase de prosperidade. Para isso é necessário que seja acompanhada com atenção, através de estatísticas perfeitas e de estudos aprofundados, a evolução do ciclo econômico, coisa que, entre nós nunca se verificou pois sempre timbramos em seguir política de improvisação. Tanto é assim que num período de inflação e de escassez de produtos, como o que atravessamos, o governo contribuiu decisivamente para agravar a situação pois, sem procurar reduzir os efeitos dessas duas causas, ainda surgiu no mercado como grande consumidor e utilizador de mão de obra, desviando-a de setores vitais da produção econômica para obras públicas, muitas das quais adiáveis e outras suntuárias.

Ao invés disso, tudo recomendava que redobrasse suas atenções para acompanhar a marcha dos acontecimentos, pronto a intervir no momento em que se manifestasse qualquer ameaça de colapso das atividades econômicas, adotando, nesse momento, a política de desenvolvimento de obras públicas onde fossem ocupados os excedentes dos fatores de produção. Na verdade tal situação ainda não se verificou, se bem estejamos todos alarmados com as perspectivas dos próximos dias, dado o rumo dos acontecimentos.

ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA

Estamos atravessando uma séria crise econômica e todos os esforços devem ser conjugados no sentido de ser restabelecido o equilíbrio. O primeiro passo para isso, sem dúvida, é o da estabilização da moeda. Nada poderemos conseguir se não estancarmos a fonte emissora do Tesouro. Urge, em primeiro lugar, restabelecer o equilíbrio orçamentário, reduzindo as despesas públicas ao mínimo possível e solicitando aos contribuintes o excesso necessário em forma de imposto. Nesse sentido não deve haver a preocupação de atender aos

interesses particulares dêste ou daquele mas o único desejo de sanear as finanças públicas.

Devemos procurar restabelecer o equilíbrio econômico sem recorrer a processos violentos de deflação, cujos efeitos, em geral, são mais perturbadores do que os da própria inflação. Precisamos aumentar substancialmente a produção interna, particularmente a agrícola, cuja escassez se faz sentir cada vez mais, principalmente pelo êxodo das populações rurais para as cidades onde encontram maior conforto e melhor remuneração no trabalho industrial.

Ao mesmo tempo, devemos restabelecer a corrente importadora, cujos produtos contribuirão para reduzir os efeitos da excessiva procura que atualmente se nota no mercado interno, forçando a alta dos preços.

Todos os esforços devem ser feitos, portanto, no sentido da estabilização monetária.

“A estabilização de uma moeda de papel”, afirma o economista F. Antezana Paz, (*) repousa sobre a confiança; e a confiança sobre a conversibilidade. Para fazer renascer a confiança não basta pronunciar discursos otimistas ou desmanchar-se em recriminações. São necessários atos. O ato essencial é o estabelecimento e manutenção da conversibilidade. E’ a finalidade a obter. O restabelecimento da conversibilidade é mais ou menos fácil segundo a desconfiança para com a moeda nacional esteja acompanhada de uma desconfiança para com o governo no poder, em razão da sua gestão das *finanças públicas*. Importa que os procedimentos técnicos sejam acompanhados de medidas *políticas e financeiras* destinadas a restabelecer a confiança no governo. Todas estas medidas devem ser tomadas ao mesmo tempo e não umas depois das outras.”

A seguir estuda o mesmo economista as condições necessárias para restabelecer essa confiança, cujas palavras preferimos reproduzir para que não percamos a força da sua expressão e para as quais chamadas a atenção dos que nos ouvem, pois a medida em que são lidas temos cada vez a im-

pressão mais nítidas de que foram escritas tendo em vista a situação do nosso país.

Quanto à *confiança política*, afirma: “Quando um país está ameaçado por uma revolução política ou social, quando um Estado está ameaçado de secessão (é uma forma de revolução política) há nisso um obstáculo muito grande para a estabilização rápida da moeda. E’ difícil e mesmo impossível aplicar os *métodos técnicos* para obter a conversibilidade. Com efeito, não somente as revoluções ou ameaça de revolução destroem a confiança na moeda de papel, provocam uma fuga vertiginosa diante da moeda, como também impedem aos capitalistas de trazer os recursos sem os quais os técnicos não poderão assegurar a conversibilidade. O dever do governo é o de tomar todas as medidas possíveis para tranquilizar a opinião pública fazendo desaparecer as ameaças de revolução política ou social. Uma alteração de política é indispensável. Se esta alteração não for possível então haverá que transferir a estabilização: ela não teria êxito; os técnicos não poderiam aplicar os procedimentos técnicos da estabilização. Isto é essencial”.

“O outro elemento de êxito na estabilização é a *confiança na gestão das finanças públicas*. “Frequentemente”, continua o mesmo autor, “a inconversibilidade é o resultado da desconfiança provocada pela má gestão das finanças “deficit” orçamentário porque não podem ou não querem reduzir as despesas públicas ou elevar os impostos em proporção suficiente, a desconfiança aumenta. Para restabelecer a confiança é preciso:

- 1.º) Equilíbrio orçamentário.
- 2.º) Consolidação da dívida flutuante.
- 3.º) Boa Contabilidade Pública.

“Esta parte financeira do plano de estabilização é essencial”.

“*Equilíbrio orçamentário*. Diminuir as despesas, aumentar os impostos; tal é o programa financeiro. Na falta de recursos, não há que temer estabelecer impostos em massa. E’ sempre o mais conveniente. Não se deve deixar impressionar pelos contribuintes. Nos perío-

(*) F. ANTEZANA PAZ — Moneda, Crédito, Cambios Extranjeros y Estabilizacion — Editorial America — México.

dos de depreciação da moeda se arruinaria aos contribuintes não estabelecendo os impostos necessários para obter o equilíbrio. Não há que vacilar em estabelecer impostos, mesmo pesados. Cumpra estabelecê-los *quantos sejam necessários*. Aí está a salvação. Nunca é fácil estabelecer impostos pesados; esta política tem por adversários todos os demagogos que formigueiam nos parlamentos, que procuram popularidade fácil reclamando aos dirigentes pelo aumento das despesas e acusando os especuladores pela depreciação da moeda. Não há que vacilar em recorrer aos impostos *mesmo injustos* (impostos do consumo) se *não há meio de criar outros imediatamente produtivos*. Esta é uma questão política a resolver em cada país e que depende do estado das forças sociais. Para o técnico da moeda uma só coisa importa: é que o equilíbrio do orçamento seja restabelecido. Se sob pretexto de não cometer injustiças o governo não pode reduzir as despesas ou criar os impostos necessários, a estabilidade da moeda não poderá ter êxito. Os técnicos não poderão aplicar os procedimenttos técnicos”.

“*Consolidação da dívida flutuante*: Quanto mais débil fôr o crédito do Estado, mais difícil é para o governo obter dinheiro para empréstimos a *longo prazo*. Está reduzido aos empréstimos a curto prazo, à pequena semana: é a *Dívida Flutuante*. Esta dívida flutuante é muito perigosa. À medida em que a confiança na moeda se debilita os indivíduos tratam de realizar os seus créditos para comprar divisas estrangeiras. A fuga diante da moeda nacional é acompanhada, pois, de pedidos de reembolso da Dívida Flutuante. Nenhum governo pode fazer face a isso com recursos obtidos pelo imposto ou por empréstimo. Está colocado diante da alternativa: bancarrota (repúdio ou consolidação forçada) ou criação de papel moeda para reembolsar. A criação de papel moeda aumenta o pânico. O pânico aumenta a procura de reembolso da dívida flutuante: é o ciclo infernal. O remédio está na consolidação da dívida flutuante. Cumpra conseguir dos portadores de títulos que os renovem, ou melhor, que os substituam por títulos a maior prazo. Cumpra encontrar novos prestamistas no país ou

no exterior. Tanto quanto seja possível é necessário que as *operações de consolidação da dívida flutuante sejam voluntárias*. Se isso é absolutamente impossível, em último caso haverá que resignar-se a uma consolidação forçada momentânea. E' um recurso. O objetivo é restabelecer a confiança, que não se restabelece pela bancarrota. Só em último extremo se deve resignar-se a ela”.

“*Contabilidade Pública*. E' possível que o “deficit” do orçamento provenha da insuficiência de regras sôbre a Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública não influe na economia, nas despesas, nem no aumento dos impostos insuficientes. Assegura, entretanto, a ordem da gestão financeira; evita o desperdício, as despesas em duplicata, a prevaricação. Ela contribui amplamente para restabelecer a confiança nos credores do Estado, dando-lhes a segurança de que serão pontualmente pagos. Há aqui uma fonte de economias considerável. Quando uma moeda de papel está depreciada, os estabilizadores devem apoiar-se na Contabilidade Pública e exigir uma reforma, se necessária. Muitos países nos quais uma gestão financeira má tem por causa, senão única pelo menos importante, a imperfeição da Contabilidade Pública”.

Creemos que não poderia haver palavras mais claras nem mais precisas do que as do economista que acabamos de citar para indicar o caminho que devemos trilhar se desejarmos realmente sanear a nossa moeda, preservando assim, a nossa economia. Realmente, como diz êle, não bastam discursos — e nem entrevistas, acrescentamos nós — para resolver os problemas financeiros. Apesar de todos, no Brasil, saberem que estamos sofrendo os efeitos do aumento do meio circulante, não houve quem tivesse a coragem de indicar os remédios para debelar o mal, situando-os entre a redução das despesas públicas e o aumento da receita. Muito pelo contrário. Tivemos um governo que não durou mais do que 90 dias e que nesse curto espaço de tempo onerou o orçamento público com mais 2 bilhões de cruzeiros, verba necessária somente para atender ao aumento dos vencimentos do funcionalismo. Não lhe ocorreu, entretanto, indicar a fonte de onde deveria sair o

dinheiro para fazer face a esse aumento de despesa e o resultado é que o governo que o sucedeu se defronta com esse pesado ônus. Por outro lado, o novo governo ainda não conseguiu reduzir verdadeiramente as despesas públicas e muito menos aumentar a receita, apesar das freqüentes declarações oficiais a esse respeito, pois não é crível que se pretenda chegar a esse resultado com o simples aumento do valor das estampilhas de recibo ou outras rubricas da lei do selo, quando é sabido que o imposto sobre a renda ainda apresenta margem suficiente para agravação das taxas, com a vantagem de retirar os recursos de quem realmente os possui, redistribuindo a riqueza que vai se acumulando, cada vez mais, nas mãos de uns poucos privilegiados.

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Em face da situação delicada em que nos encontramos e que cada vez mais se agrava, urge adotar medidas realmente eficientes que permitam restabelecer o equilíbrio econômico desenvolvendo as nossas fontes de produção. Necessitamos estabelecer normas cuidadosamente estudadas a fim de disciplinar a nossa economia e criar o órgão que deverá superintender a execução do plano traçado.

Muitas foram as tentativas feitas nos últimos anos para chegar a esse resultado; isto é, o planejamento da economia nacional. O mesmo pode-se dizer quanto aos órgãos incumbidos de estudar essas medidas, sendo certo, entretanto, que nunca houve o desejo sincero de resolver o assunto. As vaidades pessoais até agora se sobrepuzaram ao interesse nacional e sempre que apareceu um órgão aparentemente aparelhado para desempenhar essa relevante tarefa paralelamente a êle foram instituídas comissões e sub-comissões, subordinadas aos vários Ministérios, que passavam a funcionar sem qualquer entendimento comum, o que fatalmente acarretava desperdício de tempo e dispersão de esforços. Para só referir os principais órgãos criados nos últimos anos citamos o Conselho Federal de Comércio Exterior, Comissão do Planejamento Econômico e Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. Cada um desses órgãos entrava desde logo em choque com o anteriormente instituído, e os resultados de todos êles, em consequência, foram nulos, tanto é assim que até o mo-

mento não dispomos do tão almejado planejamento da nossa economia.

Merece especial referência, nesta oportunidade, o esforço desenvolvido pelas classes produtoras no sentido de oferecer às autoridades um conjunto harmônico de normas de planejamento, redigidas após amplos debates no 1.º Congresso Brasileiro de Economia, Primeiro Congresso Brasileiro de Indústria e na Conferência das Classes Produtoras de Teresópolis. Apesar da boa vontade das classes produtoras e da contribuição valiosa prestada ao governo, suas sugestões nunca foram levadas em conta, o que é realmente de lamentar-se.

O objetivo fundamental do planejamento econômico deve ser o de aumentar a renda nacional, procurando elevar e dignificar o homem da cidade e do campo e oferecer-lhes tôdas as regalias permitidas pelas modernas conquistas sociais.

Dentro desse enunciado encerra-se um vasto plano que abrange todos os aspectos da vida nacional, políticos, sociais e econômicos, estendendo-se à educação e à saúde. Não é nosso intuito aprofundar, nesta oportunidade, a análise deste plano.

NECESSIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA

O nosso fim precípua é fazer ver que mesmo depois de traçado o plano em bases perfeitas de nada valeria se não houvesse um órgão encarregado de zelar pela sua execução. Esse órgão é o Ministério da Economia cuja necessidade é premente e cuja criação não pode ser protelada por mais tempo sob pena de perdermos o controle da situação.

Não basta, entretanto, criar mais um órgão na alta administração do país. É necessário, ao mesmo tempo, que esse órgão tenha autoridade e força suficientes para fazer cumprir as suas determinações em qualquer setor e que só a êle fique reservado opinar sobre assuntos econômicos. Parecer intenção do governo criar quanto antes o Ministério da Economia e a inclusão, na Constituição recentemente promulgada, de dispositivos que prevêm o funcionamento do Conselho Nacional da Economia é um indício de que os problemas econômicos preocupam os nossos homens públicos e de que a sua solução não pode ficar ao arbítrio de assembleias estritamente políticas. Num regime democrático, como o que foi inaugurado, constitui

bom augúrio a existência do Conselho Nacional de Economia, formado por cidadãos afeitos aos problemas econômicos, mas não devemos esquecer que sua função é meramente consultiva e que só um órgão executivo, como o Ministério da Economia, poderá satisfazer às nossas necessidades.

O Ministério da Economia deve dispor de amplos poderes para agir, mórmente na fase que atravessamos, comparável a verdadeiro estado de guerra pelas conseqüências que poderá ocasionar a atual crise, requerendo-se dêle esforço e decisão. Muitos choques surgirão com outros órgãos administrativos, pois no Brasil ninguém quer, nem por hipótese, abrir mão de qualquer parcela de autoridade, nem mesmo para satisfazer o interesse nacional. Resulta daí que o Ministro da Economia deve ser um homem profundamente conhecedor dos problemas econômicos e desligado de quaisquer compromissos políticos.

Os economistas brasileiros, que há 15 anos vêm lutando pela divulgação dos princípios da ciência econômica e pela formação de uma mentalidade econômica que permita compreender os nossos problemas, verão na criação do Ministério da Economia uma vitória da cruzada em que se empenham e consideram-se aptos a desempenhar o papel que lhes fôr destinado, se acaso fôr solicitada sua colaboração. Não dizemos isso porque nos interessam cargos ou honrarias, mas unicamente porque estamos convictos de que sem a colaboração de um corpo de técnico esclarecidos nada de definitivo se poderá conseguir no terreno da política econômica. Passou a época da improvisação,

que tantos males causou e hoje, quando as empresas particulares começam a recorrer aos economistas para se reaparelharem e se prepararem para enfrentar os dias difíceis que se aproximam, não é possível que o govêrno continue a ignorar a existência dessa numerosa classe, onde se encontram elementos de real valor e de onde saiu o grande vulto de Frederico Herrmann Júnior, prematuramente roubado ao nosso convívio, e que estava destinado a desempenhar papel decisivo no panorama econômico nacional.

Para terminar, queremos reproduzir, fazendo nossas, as palavras do eminente Presidente da Confederação Nacional do Comércio, Dr. João Daudt de Oliveira, proferidas perante a Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Constituinte, representando o pensamento das classes conservadoras às quais estamos ligados por tantos laços de afinidade :

“Desejamos que a política econômica do país ocupe o primeiro plano na órbita das atividades construtivas do Govêrno, sendo para isso criado o Ministério da Economia. Este teria como função própria orientar, planejar, dirigir e fomentar a transformação econômica do Brasil numa das mais prósperas nações do mundo. Mas a política econômica que temos em vista seria baseada na realidade brasileira, em suas tradições, nas aspirações de suas classes pensantes e ativas, conservando o espírito que se cristalizou entre os descendentes de outros povos que aqui vieram formar uma nova comunidade cívica”.